



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA REQUERIMENTO Nº ____ DE
2024

(Do Sr. Glauber Braga)

*Requer a realização de audiência pública
para discussão urgente do PL 709/2023
e o agravo dos conflitos fundiários no
campo.*

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir a cerca: *PL 703/2023 e o agravo dos conflitos fundiários no campo.*

Convidados:

- ✓ **Federação de Agricultores Familiares e Empreendedores
Familiares Rurais do Estado da Bahia – FAFER-BA**
- ✓ **CMP- Marcelo Braga Edmundo**
- ✓ **Resistência Camponesa/PI-**
- ✓ **MRP-Movimento de Resistência Popular- Edson**
- ✓ **MST**
- ✓ **MLB**
- ✓ **FNL- José Rainha Junior**
- ✓ **MTST**
- ✓ **MNLM-Maria de Lourdes Lopes**

JUSTIFICAÇÃO

O governo de Jair Bolsonaro, um desastre sem precedentes desde a redemocratização, acirrou os conflitos fundiários no campo por todo o país, sancionando uma política de perseguição e de organização de grupos de terrorismo, de lideranças dos movimentos sociais de ocupação e de



Para verificar a assinatura, acesse <https://ltda-leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CO249860204900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga





retomadas de territórios tradicionais (indígenas) que continuam lutando pela demarcação de suas terras.

Os assassinatos no campo nos últimos 6 anos atingiram números exorbitantes,

deixando evidente o avanço da necropolítica financiadas pelo governo de Jair Bolsonaro

e pelos deputados bolsonaristas na Câmara. A aprovação do PL 703/2023, persegue e

criminaliza todos aqueles e aquelas que participam de ocupações, tirando-lhes o direito de se inscreverem nas políticas de assistência do governo federal como o Minha Casa Minha Vida, uma vez que essas ocupações reinvidicam a implementação de uma política de habitação e da reforma agrária. A aprovação do PL 703 é um agravo ao estado democrático de direito, uma vez que a Constituição Federal reconhece a importância fundamental desempenhada pelos movimentos sociais através das lutas e mobilizações, pela formulação de leis que garantem a promoção de um país mais justo e igualitário.

As mortes no campo de trabalhadores e trabalhadoras rurais e indígenas cometidas pelo latifúndio ligado ao agronegócio, como o assassinado de Fatima Muniz de Andrade, conhecida como Nega Pataxó na Bahia, em janeiro desse ano, evidencia o avanço da organização de milícias rurais, como o Movimento Invasão Zero, organizada por fazendeiros, para inibir os movimentos sociais que lutam por ocupações em áreas de uso social, conforme previsto na CF. Esses grupos de extermínio organizados no campo representam um agravamento à luta dos movimentos sociais do campo e da cidade, por terra e moradia, direito garantido na Constituição Federal, reafirmando o sentido social da terra.

Sendo assim, considerando a importância da temática, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.





Sala das Comissões, junho de 2024.

Deputado GLAUBER BRAGA
PSOL/RJ

Apresentação: 11/06/2024 11:10:34.623 - CLP

REQ n.94/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249860264300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Glauber Braga

